



Arquivo

Delfim Netto deverá depor no próximo dia 10

# Débito externo de SP soma US\$ 5,7 bilhões

**ALBERTO TAMER**

São Paulo deve US\$ 5,7 bilhões no mercado internacional, a serem pagos em parcelas anuais de US\$ 1,5 bilhão, e mais Cr\$ 237 bilhões, principalmente a grandes empreiteiras. Deste total, Cr\$ 90 bilhões correspondem às obras perdidas da Paulipetro. O pagamento da dívida externa está atrasado US\$ 600 milhões e sobre ambas incorrem juros de 20% mais correção monetária de 10 a 12% ao mês. Mensalmente, vencem pagamentos da ordem de US\$ 100 milhões, mais da metade dos quais em operações 63, feitas de banco para banco, acumulando-se, assim, os atrasos, que aumentam como bola de neve com os juros e a correção. No ano passado ainda foi possível pagar US\$ 455 milhões, com recursos das empresas e do Tesouro, mas este ano nenhuma amortização foi feita, razão pela qual, somada aos atrasos, a dívida deste ano já se eleva a mais de US\$ 1 bilhão.

O governo paulista vem solicitando ao Ministério do Planejamento e ao Banco Central autorização para contrair empréstimos externos, a fim de rolar a dívida. Tudo, porém, permanece centralizado no Banco Central, que nada liberou ainda.

## COMISSÕES "ADOÇANTES"

Haveria possibilidade de realizar alguma operação de crédito com bancos internacionais, mas estes estão exigindo além do aval do Banco Central uma taxa que varia de 5 a 8% a título injustificado de "sweetener", ou seja, "adoçante". Isso nada mais é do que uma sobretaxa de risco sobre a própria taxa de risco já cobrada, que não pode ser paga pelo Tesouro do Estado ou pelas empresas simplesmente porque não há condições legais, ou morais, para sustentá-la. Em termos mais realistas, é uma comissão considerada ilegal pelo governo. Mas, mesmo que se decidisse pagá-la, o Tesouro do Estado enfrenta graves dificuldades impostas pelo governo federal, que vem recusando avais do Banco Central a fim de não "federalizar" as dívidas do Estado. As autoridades paulistas acham estranha esta posição, simplesmente porque grande parte da dívida assumida no governo anterior, principalmente através de empresas como a Cesp e a Fepasa, foram feitas por recomendação ou ordem expressa do próprio Ministério do Planejamento, em "suplies credit" em "operações casadas". A maior parte dos projetos relativos a esses equipamentos foi antecipada exatamente para atender ao governo federal e estão hoje paralisados por falta de recursos — ou simplesmente por não serem necessários agora e ainda por algum tempo — enquanto os dólares livres correspondentes foram utilizados para rolar a dívida externa.

## EMPRESAS DEVEM MAIS

A maior parte da dívida em dólares

foi feita por empresas do Estado, principalmente a Cesp, a Companhia Paulista de Força e Luz, a Eletropaulo e a Fepasa, quase US\$ 4 bilhões, seguidamente a Dersa, com US\$ 535 milhões e a Vasp, com US\$ 260 milhões. A dívida do Tesouro Estadual é de apenas US\$ 400 milhões, levantadas com autorização legislativa para o Metrô e a Fepasa. Após fazer um balanço da herança da administração Maluf, os técnicos ironicamente dividiram as empresas estaduais em três categorias: o "grupo da prosperidade" — Cesp, US\$ 2,5 bilhões de dívida, Companhia Paulista de Força e Luz, US\$ 143 milhões e Eletropaulo, US\$ 685 milhões, entre outras, mas que geram recursos próprios. O Segundo grupo depende do Tesouro: Fepasa, US\$ 1,2 bilhão; Dersa, US\$ 535 milhões e Metrô, US\$ 57,5 milhões, cuja receita representa 80% do custeio. Finalmente, há as "falsas empresas", criadas, segundo eles, para cobrir a ineficiência do setor público, como a Emplasa, a Cetesb, a Caic, a Prodesp e até mesmo o Ceagesp entre outras.

## COMO PAGAR

O secretário da Fazenda, João Sayad, afirma que São Paulo, com uma receita anual de Cr\$ 4 trilhões, tem condições de pagar a dívida, desde que conte com a autorização do governo federal para as operações externas necessárias. Ao todo, a dívida externa e interna se eleva a Cr\$ 2 trilhões e 74 bilhões, mas está bem distribuída no tempo. O que preocupa é a queda de 20% da arrecadação do ICM, devido à recessão agravada pela isenções desse tributo, por exemplo, para as exportações. Acha que caberia ao governo federal arcar com o ônus, justificável, dessas isenções.

Outra séria preocupação é o peso do funcionalismo no orçamento estadual. Segundo o secretário da Fazenda, o Estado gasta hoje 70% de todo o seu orçamento somente no pagamento do pessoal, restando quase nada para investimento, considerando-se que o custeio da máquina absorve praticamente os outros 30%.

O mais grave, porém, afirma o secretário, é que a política federal de controle do déficit público obriga o Estado a fazer pagamentos maiores quando a receita está caindo em consequência da recessão. No momento, ao lado da maior fiscalização para aumentar a receita do ICM, o governo do Estado luta pela reformulação do sistema de isenções fiscais, que absorvem 20% do orçamento estadual e espera autorização federal para levantar empréstimos no Exterior para pôr em ordem o atrasado de US\$ 600 milhões.

Enquanto isso, inicia o seu segundo ano praticamente sem investimentos, sufocado pelo peso da dívida, dos compromissos assumidos na administração anterior e pela absurda folha de pagamento do serviço público.